

Brasília, a fuga ao projeto original...

A desenfadada ação dos administradores da Capital, no sentido de dotá-la de obras faraônicas, possivelmente na intenção de serem lembrados mais tarde, foi responsável por muitas piadas que escarniçavam essa megalomania. Uma delas apontava Brasília como "a cidade do será maior". Tudo aqui era assinalado no futuro como "a/o maior". "Será o maior teatro, maior hospital" e até, recentemente "a maior área de recreação da América Latina". Os mais espirituosos chegaram a fazer um paralelo entre a Bahia, onde tudo "foi o maior", com o Distrito Federal, cheio de promessas de "ser o maior". Entretanto, antes mesmo da cidade alcançar sua adolescência, começaram a aparecer os resultados desse complexo de superioridade dos que ordenavam essas obras. Elas começaram a pesar nos cofres do GDF, a ponto de serem provocados litígios, como o caso do Estádio Presidente Médici, com a companhia construtora, certamente numa tentativa de apresentar explicações aceitáveis para a paralisação da obra. Em outros casos, como o do Hospital da Asa Norte, por exemplo, as autoridades nem se deram ao trabalho de procurar qualquer explicação. Além de que, num gesto de profunda incoerência, continuaram apontando a "falta de instalações" como principal motivo para o péssimo atendimento hospitalar oferecido a uma população de cerca de um milhão de habitantes, tida como a de mais alta renda "per capita" do País.

Entre as obras, inexplicavelmente ociosas destaca-se, ainda, o Instituto Histórico e Geográfico do DF, ou "a aranha", como é conhecida por sua arquitetura. A catedral, o Teatro Nacional e o Centro de Convenções são outras obras apontadas como "a maior", entregues inacabadas pelas administrações anteriores. A primeira, só dez anos depois de sua inauguração começou a receber os reparos que possibilitaram seu uso parcial, uma vez que o batistério ainda encontra-se em obras. O Teatro Nacional, depois de várias polêmicas, fechou as portas da Sala Martins Penna, a única sala em condição de uso, em 1976, com promessas de ser reaberto em janeiro do próximo ano. Para tanto, foi gasta a exorbitante quantia de 400 milhões de cruzeiros. Esse mesmo montante foi apontado nos gastos totais da construção do Parque Rogério Pithon Farias. Quando foram iniciadas as obras do Parque, o Centro de Convenções, já havia sido entregue, inacabado, pela administração passada. Aliás, os gastos assombrosos do parque ainda estão entalados na garganta de muita gente.

Tudo isso, de acordo com o GDF, são "obras prioritárias". O centro no caso, está sendo apontado como "a esperança do turismo em Brasília", e outros ufanismos, próprios de quem ainda pretende permanecer em órgãos públicos. Então pergunta-se: Porque demoraram tanto a reiniciar sua construção. De acordo com o arquiteto que o projetou, Sérgio Bernardes, todos os gastos do Espaço Cultural ficariam por volta de 32 milhões de cruzeiros. A atual administração do GDF apenas a pouco tempo ordenou a continuação da obra. Houve litígio com a companhia construtora, é verdade. Mas, que desacordo teria sido este guardado a sete chaves pelos assessores do governador? Mesmo com todo segredo, a verdade é que a demora em se prosseguir com essa obra onerou os cofres públicos em 238 milhões de cruzeiros, em relação a seu primeiro orçamento. Ali foram gastos 70 milhões de cruzeiros, em sua primeira fase; 200 milhões, na fase atual... e duas vidas humanas. Este último "gasto", tendo chegado à imprensa local, foi considerado "insignificante" pelo chefe de gabinete do ex-governador Hélio Prates da Silveira.

Gato preto em ninho de amor sempre foi visto como um mau presságio. Mesmo assim, o bichano rondava os vários compartimentos do esqueleto de concreto que, um dia, já bem distante, foi levantado como sendo o do Hospital da Asa Norte ou 3º Hospital de Base. Ali principalmente nas alas de acesso mais difícil, a imaginação criadora e, provavelmente, a necessidade de extrapolar a energia sexual, transformou o chão de terra em alcovas, onde até pouco tempo atrás não faltavam clientes para ocupar-las. Jornais, sacos de estopa, palha e vários outros tipos de colchões improvisados compunham o cenário, agora revelado por peças íntimas, camisolas e sandálias esquecidas em um canto. O felino transpunha as paredes desmornadas da construção, debaixo do protesto pela presença de estranhos em seus domínios, o que fez questão de demonstrar com seu insistente miado.

Enquanto isso, nos hospitais já construídos do Distrito Federal, ao invés de miados o som de reclamações pela precariedade dos serviços oferecidos vem aumentando dia a dia. A cúpula da Fundação Hospitalar, quando consultada, dá a resposta para essas queixas sob a forma de alegação. Entre outras apontam a falta de unidades hospitalares para a ausência de um atendimento, se não ideal, pelo menos satisfatório.

E o hospital da Asa Norte, sairá ou não? - a julgar pelas polêmicas infrutíferas das quais têm sido objeto desde o governo de Hélio Prates, quando foi iniciado, tudo leva a crer que a enorme quantia investida em sua estrutura foi em vão. Principalmente levando-se em conta que a demora em prosseguir com aquela obra vem inutilizando o que já foi feito até então, graças à ação das chuvas, do matagal que força sua entrada naquele recinto e da ação destrutiva de pessoas que ocupam o local para encontros amorosos, ou mesmo como abrigo, na falta de moradia. Isso porque, mesmo os enamorados fizeram fogueiras que atingiram os tijolos. Os outros que ali se abrigaram, preferiram derrubar paredes para facilitar o acesso de um compartimento a outro, a respeitarem a planta como foi planejada.

Entre as tantas polêmicas suscitadas pelo esqueleto do hospital, uma delas teve o presidente da Fundação Hospitalar como pivô. Tal fato se deu quando, no ano passado, ele anunciou a conclusão da obra, mediante a realização de um convênio entre o MEC e a Fundação. Porém, como a solução não saiu do papel, Paulo Rios voltou a ser consultado sobre o destino da obra. Foi quando admitiu que não havia verba para dar continuidade ao hospital, já que a presidência daquele órgão havia preferido investir na remodelação e reformulação dos hospitais em atividade.

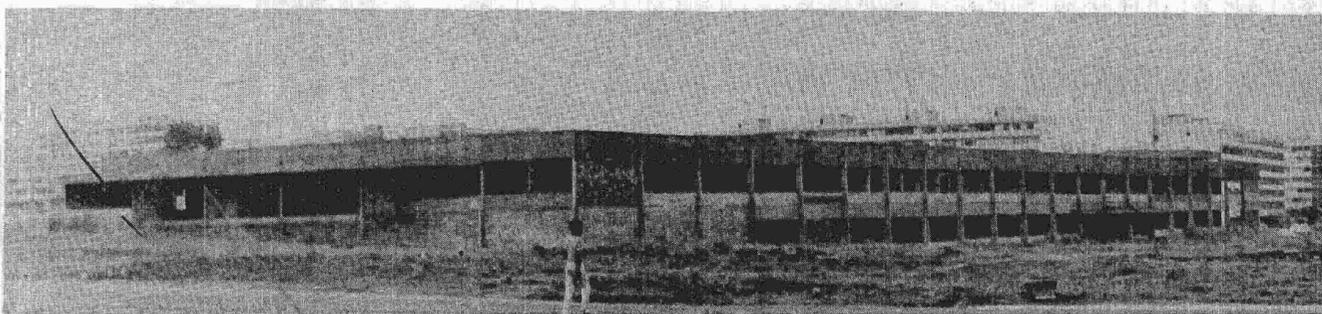
A primeira vista, a explicação do médico não deixa de ser satisfatória. Mas, se for levado em conta o dinheiro já aplicado e os problemas que o funcionamento de um hospital naquela área viria solucionar, somos obrigados a admitir a falta de visão dos responsáveis por essa solução imediatista. O pior é que essa injeção de verba nas unidades hospitalares, em nada diminuiu o grosso caldo das queixas provocadas pelo mau atendimento, falta de leitos e outros que se enquadram contra a ética profissional.

Outra sombra que rodeia a obra, além da dos capinzais que a cerca, é quanto a seu histórico. Quem a planejou? Exatamente quando foi iniciada? Por que a interrupção das obras? e várias outras indagações que ficam sem respostas diante da já conhecida má vontade de informar, ou da incapacidade de fazê-lo das pessoas, que, supostamente, têm esse encargo. Entretanto, tendo em vista esse silêncio obscuro, apenas uma única resposta calaria a boca dos muitos incomodados por aquela iminente demonstração de desrespeito a uma população, tida como a de mais alta renda per capita do País. São mais de um milhão de pessoas às voltas com um sistema hospitalar deficitário, o que é explicado como decorrente da "falta de instalações médicas". Para essas pessoas bastaria que alguém dissesse quando recomenciará aquela obra. Diante da já prevista omissão do Governo do Distrito Federal, serão aceitas as previsões de videntes, magos e astrólogos.

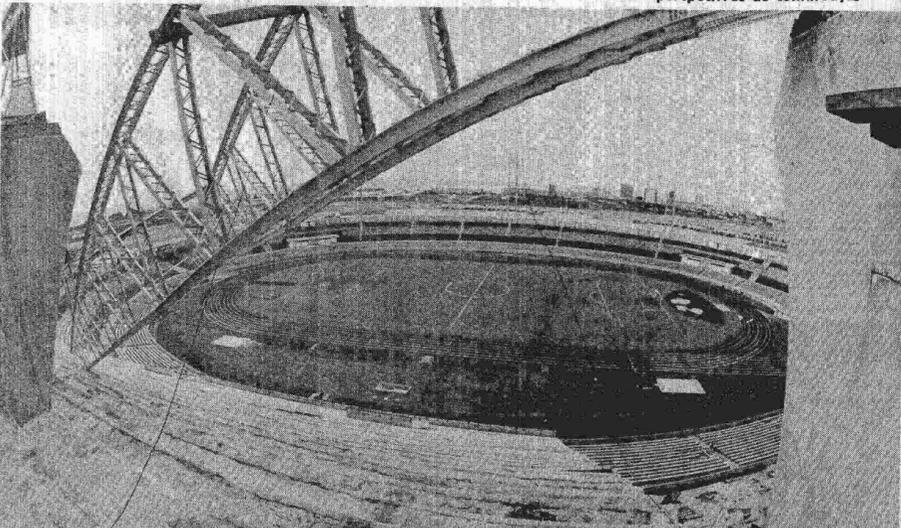
SOLUÇÃO OU EMENDA?

Assim, pouco a pouco a obra está se desmoronando. A única tentativa de solução engendrada pela Fundação Hospitalar foi a colocação de um vigilante, para impedir o acesso de qualquer pessoa àquele local. Essa ingrata tarefa coube ao cearense Esmeraldo Calixto, que circula as inúmeras alas, armado de um 38, "para assustar os marginais". Como todo bom filho de Juazeiro do Norte, ele é devoto do Padre Cícero, a quem pede coragem para a tarefa, já que a escuridão do local é um desafio para os mais destemidos membros da cinematográfica polícia americana. As poças d'água, com seu odor fétido, concorrem, em parte, para esse ambiente de castelo mal-assombrado. Elas dificultam, o deslocamento pelos corredores onde não falta nem gato preto. Aliás, trata-se de toda uma família de bichanos; macho, fêmea e filhotes, todos negros, a lembrar os contos de Alan Poe aos visitantes desavisados.

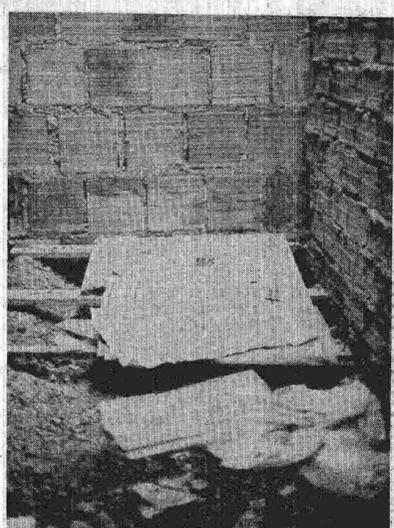
A noite, o terror é maior. Não adianta as orações o o padroeiro de Juazeiro do Norte; ou a Fundação Hospitalar colocava dois vigilantes



Terceiro HBB, uma "jovem ruína" sem perspectivas de continuação



Estádio de Brasília: muita euforia para nada



As necessidades superam o desconforto



Paredes destruídas no 3º HBB para conveniência de alguns



Aquí, na "aranha", faz a memória da Capital

ou o local continuaria sem guarda, já que nenhum "herói" se dispôs a aceitar o encargo sozinho.

A poucos metros do Conjunto Nacional, o esqueleto de concreto lembra, com seu formato retangular, as ruínas da civilização Maia. Para os menos chegados a estudos pré-colombianos a imagem sugerida é bem diferente dessa. Pois, de todos os ângulos, que possa ser vista, aquela obra, que pode ser chamada de "uma jovem ruína", permitindo-se a antítese, mostra as características principais dos dois últimos governos impostos ao DF: um, o primeiro deles, com uma indiscutível megalomania, responsável por uma série de obras faraônicas, não levadas a seu término; o outro, o que agora vive seus últimos meses, com preocupações em dotar a cidade de obras absolutamente supérfluas, enquanto os reais problemas locais, como saúde, por exemplo, são deixados por último, quando a verba para obras públicas já se esgotou.

MAL INFORMADO

Outra obra paralisada sem nenhuma previsão quanto a seu prosseguimento é o Estádio do Centro Desportivo Presidente Médici. Se não fosse as suas indistigáveis características, como parte das arquibancadas já construída, em elevação, o sigilo mantido pelo GDF com respeito aos motivos que provocaram essa paralisação, seria apontado como uma tentativa de ocultar mais um dos grandes desastros do governo Hélio Prates.

Entre outros assessores do governador que não souberam fornecer, absolutamente nenhuma informação, o secretário de Viação e Obras se destaca, por não ter usado de estratégias ridículas para fugir à reportagem. Aliás, essa prática marcou definitivamente o governo Elmo Serejo. Seus assessores dificilmente se dispõem a receber repórteres ainda que para isso obriguem suas secretárias a mentirem (ele saiu, viajou ou está em reunião) enquanto escapam pelas portas do fundo. Eis porque José Reinaldo causou surpresa quando permitiu o acesso a seu gabinete. Porém, mais surpresa causou a desinformação do secretário, que procurou ocultar-lhe o caso do estádio, por exemplo, na

integra, eis tudo o que ele soube dizer sobre essa obra: "Está na Justiça, sob júdice, e espera uma decisão da justiça"; qual foi o problema que derivou disso? "Houve problemas com a firma empreiteira que não puderam ser resolvidos". No mais, diante da insinuação de que "litígios" ocorrem com muita facilidade, entre as empresas construtoras e o GDF, lembrando que o mesmo ocorreu com o Centro de Convenções, o secretário de Viação e Obras afirmou que "só houve esses dois litígios". A quantia até agora investida no estádio? ele também não sabe "de cabeça", conforme adiantou. Nem tampouco soube informar quando recomenciará a obra: "só sabemos disso quando a Justiça der o resultado".

Diante da ausência de informações da S.V.O. e já que os dirigentes da Novacap, "nunca estão" para atender à reportagem, a maioria das informações sobre o estádio foram colhidas junto aos repórteres esportivos que acompanharam a ascensão e paralisação da obra.

FIRMA X NOVACAP

A estória veio à tona quando a firma construtora Engeral moveu um processo de cobrança e indenização contra a Novacap, no valor de 15 milhões de cruzeiros, a partir de uma série de desentendimentos surgidos durante a construção do estádio.

As obras já estavam paralisadas quando a Novacap alegou que estava em situação de credora de 11 milhões em relação à Engeral. Esta, por sua vez, afirmou insistentemente que, ao contrário, a Novacap, é que é devedora de cerca de 15 milhões.

Ao que parece, todo "mistério" teve origem em diversas alterações contratuais - ora aumentando, ora diminuindo a tarefa da construtora - motivadas por sucessivas reavaliações da verba disponível para as obras. Mas o conflito "explodiu", mesmo, quando a Novacap rescindiu o contrato com a empresa, entrando esta em desacordo com os termos da decisão final do órgão público.

Tudo começou quando a Engeral ganhou a concorrência feita pela Novacap, ainda no governo passado, para a construção do Estádio

de Brasília. Foi feito, então, um contrato de empreitada para a 1ª etapa da edificação. Três meses depois, entretanto, a Novacap resolveu construir também três dentro os 14 módulos previstos de arquibancadas cobertas. Como a obra anterior mal havia começado - e era completamente invável fazer uma nova concorrência, pois não tinha sentido algum colocar uma outra construtora no mesmo canteiro da Engeral, visto que uma obra dependia da outra - a Novacap achou por bem convidar a própria Engeral para realizar a 2ª etapa da obra, contanto que os preços por unidade fossem os mesmos da concorrência anterior.

A Engeral aceitou a proposta e foi feito um adiantamento contratual e, tanto o contrato de empreitada como o adiantamento contratual foram ratificados em abril de 74, pelo instrumento H-154/73 para as duas etapas e mais serviços extras já executados.

Mais tarde, a Novacap constatou que os recursos financeiros a ela dados pelo Governo do Distrito Federal não eram suficientes e, entrando num acordo com a Engeral, as partes resolveram por bem fazer reduções no acabamento das duas etapas. Assim, o primeiro contrato foi sucessivamente alterado em 31 de dezembro de 1973 e 15 de março de 1974.

Finalmente, já no novo governo, o instrumento de re-ratificação mencionado - foi feito. O mais importante é que, nesse instrumento, as partes ratificavam todos os contratos e aditivos anteriores, ao mesmo tempo em que a Novacap reconhecia a execução pela empreiteira de serviços extracontratuais por ela ordenados de acordo com relação anexa ao mesmo termo de re-ratificação, e cujo valor foi então calculado em Cr\$ 5.598.180,86, dos quais Cr\$ 467.319,91 já pagos.

Como a Novacap ainda continuasse sem dinheiro, as partes resolveram fazer apenas um dos três módulos que haviam sido estipulados anteriormente, ficando a expectativa de que novos recursos fossem liberados pelo Governo.

Mas, para grande surpresa da Engeral - alegou a empresa - a Novacap, em 4 de junho de 74, na 945ª reunião, nomeou uma comissão para realizar o encontro de contas finais e receber a obra, e estimou o saldo credor em Cr\$ 11.305.648,01".

"A partir daí -segundo a firma -

começaram as tergiversações da Novacap para não pagar. De tudo ela fez e, através de algumas manobras estrabólicas e absurdas, conseguiu transformar-se, de, devedora, em credora da Engeral. A Novacap propôs então, a nulidade do contrato por suposta violação das regras de licitação dos contratos de obras públicas, estabelecidas em 1967.

A Engeral afirma que tudo isso é completamente absurdo e se houve alguém que infringiu alguma lei não foi ela, mas sim e possivelmente a Novacap. Por isto, moveu uma ação ordinária de cobrança e indenização contra a Novacap.

Bem menos detalhadas, foram as informações colhidas junto a uma fonte fidedigna da Novacap, que pediu para não ser identificada, uma vez que a superintendência afirmou que qualquer dado sobre o estádio teria que partir da Administração de Unidades Desportivas-AUD.

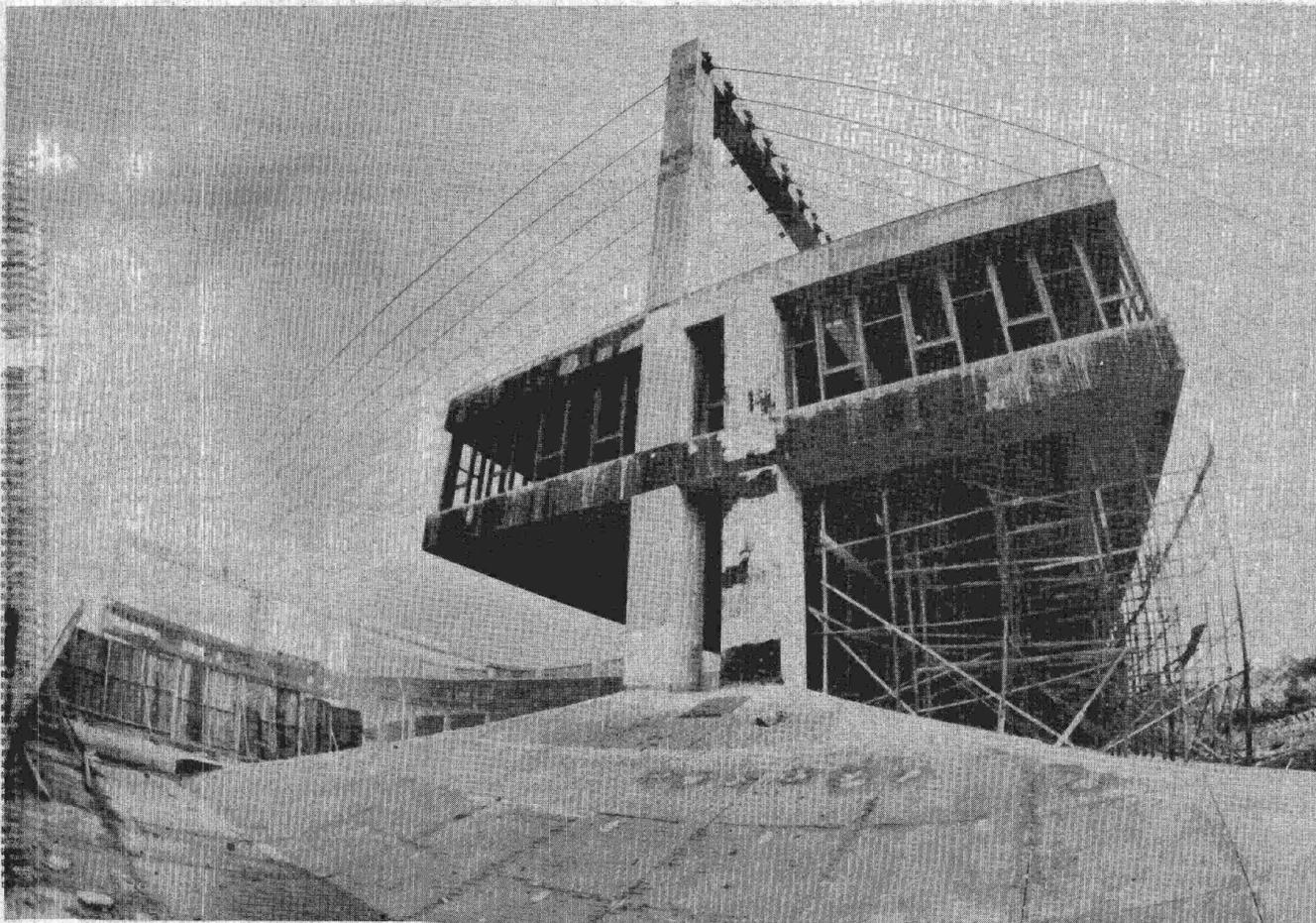
Essa pessoa confirmou o litígio entre aquela companhia e a empresa construtora, só que apresentou outra versão do ocorrido: tudo teria começado com a falta de material para construção verificada em todo o País. Para não atrasar a obra, a Engeral tratou de importar ferro, o que veio onerar em muito os gastos com a obra. "Ora - foi explicado em nome da Novacap - aconteceu que a exorbitante quantia gasta na construção apenas de um módulo daria para ter feito todas as arquibancadas, se não fosse essa importação de material".

Foi, então, formada uma comissão de alto nível para averiguar se havia condição de dar prosseguimento ao contrato firmado com aquela empresa.

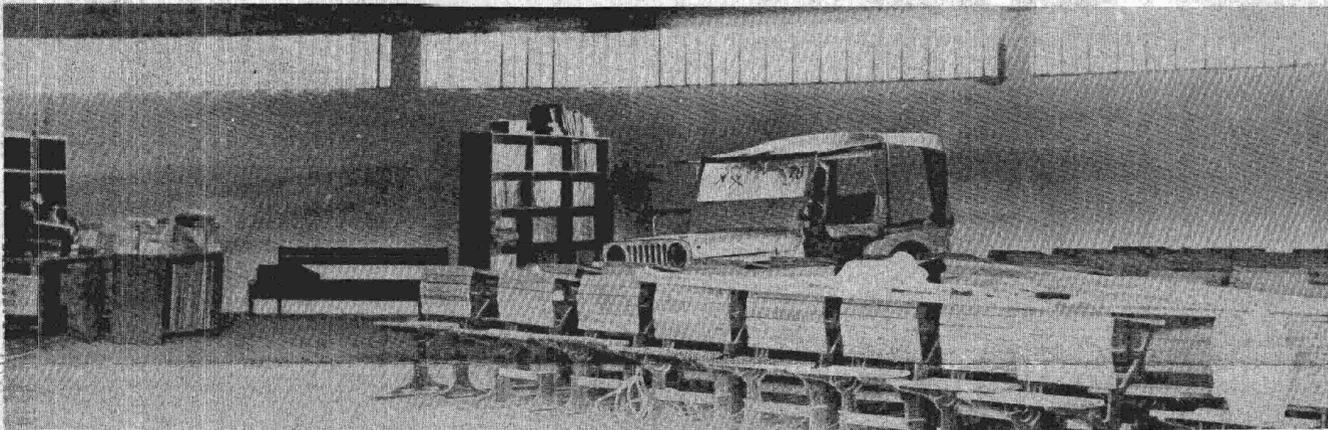
Apesar de constatarem os gastos excessivos na construção de pouca coisa, a Novacap achou por bem continuar com os serviços da Engeral. Esta, por sua vez, de início, teria aceito a proposta para concluir a obra. Depois, inexplicavelmente, deu com o pé para trás e resolveu mover uma ação judicial contra a Novacap".

Nem mesmo essa fonte da Companhia Urbanizadora soube adiantar como está a tramitação dessa ação. Todavia, ela confidenciou que não será surpresa se a Justiça der o ganho de causa à Engeral.

Com suas obras faraônicas e inacabadas



Centro de Convenções, uma "prioridade" resolvida pela Justiça



O primeiro veículo a desafiar o cerrado, agora, luta contra a ferrugem

FUTEBOL SO NA PERIFERIA

De tempo em tempo, o término das obras do Estádio Presidente Médici é lembrado pelos desportistas de Brasília. Acreditam eles que somente após a conclusão deste, o futebol do Distrito Federal poderá evoluir.

Como era de seu feitio, em 1973, o então governador Hélio Prates inaugurou "parcialmente" esse estádio, para a realização do Campeonato Nacional daquele ano. A partir daí, a obra permanece inalterada; embora possua instalações, como os vestiários, em perfeitas condições de uso e um gigantesco estacionamento, o estádio não pode ser utilizado devido à falta de segurança que apresenta. Seus muros são baixos, as portas insuficientes para receber os torcedores e a evasão de rendas fatalmente ocorreria, caso grandes jogos fossem ali realizados. E foi justamente a esse problema que o GDF decidiu interditar: o até que a obra seja reiniciada.

Projetado pelo arquiteto Icaro de Castro e Melo, o Estádio de Brasília terá capacidade para receber até 130 mil pessoas. Sua localização é considerada privilegiada pelos torcedores.

Em 27 de agosto de 1975, aquela obra foi vistoriada por dirigentes da CBD, e do futebol local. Em meio à grande euforia, à certa altura da visita, o supervisor técnico da CBD, Almir de Almeida, declarou frente às emissoras de rádio e tevê e dos jornalistas encarregados da cobertura desportiva: "O campo está aprovado. Achamos que o Presidente Médici reúne condições para a realização de partidas de futebol. Faltam, ainda, alguns pequenos detalhes que a Administração das Unidades Desportivas terá que resolver, coisa pequena. Acho que a solução foi satisfatória para a Federação e para o Ceub, que estão novamente de mãos dadas".

Realmente, não há como salientar positivamente as previsões desse infeliz arauto. O Ceub, a esta altura do campeonato, é apenas uma lembrança azul e amarela para uns poucos torcedores. Aquelê Campeonato Nacional também, cheio de promessas de dotar a cidade de um estádio à altura de sua condição de capital. E claro que essa não é uma obra prioritária,

ela pode ser encaixada na lista de supérfluos da autoria de Hélio Prates. Mas, não podemos negar sua importância, ainda que pequena. De qualquer maneira não há justificativa para a sua paralisação. Se não havia dinheiro, que não a iniciassem, pois há outras maneiras de se projetar sem ser onerando os cofres públicos.

ARANHA OCIOSA

Onde anda a memória do Distrito Federal? Ao que tudo indica, o GDF julga ser esta uma pergunta desnecessária, uma vez que ela nunca passou pela cabeça de nenhum dos assessores do governador. Se essa mentalidade sem visão persistir ainda por muito tempo, somente os poucos privilegiados que têm seus nomes em obras públicas da cidade, o que via de regra não se explica, já que trata-se de pessoas que nada fizeram para merecer tal honra, serão lembrados pela posteridade. Os outros, os pioneiros, terão os objetos que marcaram sua atuação na construção da capital ruidos pelas traças. E o caso de Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro e Bernardo Sayão. Aliás, já é flagrante os estragos sofridos pelos milhares de objetos que, de alguma maneira, contam a estória da cidade. Eles encontram-se "submersos na aranha", como é conhecido o Instituto Histórico e Geográfico do DF. Essa denominação deve-se à semelhança da obra, de autoria do arquiteto Milton Ramos, com o aracnídeo. A parte com sua arquitetura moderníssima, agora cercada por arame, o Instituto, há mais de dez anos, exatamente a 30 de agosto de 1967, foi considerado de utilidade pública, através do Decreto 61.254. Dessa época em diante, o governo não mais se manifestou quanto à necessidade de dotar aquela obra ociosa de condição de funcionamento. E não adianta perguntar: em lugar de respostas só aparecem evasivas, tipos "estamos estudando o assunto", "reconhecemos sua importância" e outras que não dizem absolutamente nada. Certamente não era isso que se esperava quando no dia 3 de junho de 1964, a idéia há muito acalentada de se preservar e difundir a história e a geografia do Distrito Federal parecia tornar-se realidade com o apoio recebido dos poderes pú-

blicos para a criação de um museu da cidade.

O governo do Distrito Federal, então dirigido por Plínio Cantanhede, incluiu verbas em seu orçamento que permitiram o início das obras, deixando-as bastante avançadas. Foi realizado concurso público para escolher o projeto que estivesse de acordo com a arquitetura de Niemeyer. Milton Ramos, um dos primeiros arquitetos do Planalto, saiu vitorioso, depois de disputar com Hélio Ferreira Pinto.

Cabe uma ressalva, pelo menos em favor do bem-intencionado arquiteto, que o termo "aranha" não tem intenção de ser pejorativo. Surgiu na linguagem popular, diante da falta de informações que, atualmente cercam aquela obra. Infelizmente, não apenas essa "falta" lhe é imposta. Abandonado pelo GDF, o Instituto se ressentia das mínimas coisas que possibilitariam seu funcionamento. Entre essas, a que surge em primeiro lugar, é a ausência de verbas, ainda que alguns pioneiros, como o ministro Guido Mondim, Hélio Cunha Costa e Fernando Tamanini, que ocupam as funções junto à obra ociosa do presidente, primeiro vice-presidente e segundo vice-presidente, respectivamente, sejam incansáveis nas tentativas de abrirem o Instituto.

Até o começo desse ano, era impossível até mesmo a aproximação de curiosos naquele local, usado como banheiro público. Vidros quebrados, sujeira, era tudo o que rodeava a aranha. Em março deste ano, o Correio Braziliense publicou uma matéria mostrando o lastimável estado daquela obra. Como explicou Hermenegildo, um estudante da UnB, que mora ali, "a matéria teve efeito de uma pedra no sapato dos responsáveis", já que poucos dias depois, para sua surpresa, recebeu a visita do Corpo de Bombeiros, com ordens para lavar o que fosse possível. Nessa mesma época foram construídos dois banheiros e um quarto dentro do museu para servir de moradia aos que se dispusessem a viver ali, de maneira que, com sua presença, assustasse um pouco os marginais que se acostumaram a fazer da área externa do museu o seu ponto-de-encontro. Hermenegildo fez dali sua casa já algum tempo, desde que o outro estudante que o

antecedeu desistiu de conviver com a solidão imposta pelo local.

Em face dos gastos do GDF com parques e praças, somos obrigados a convir que não vale a alegação de "falta de verba" para justificar a ociosidade da "aranha". Obviamente, tudo faz crer que o empecilho principal ao museu é a falta de interesse. De quem??? De todos aqueles que não possuem o menor vínculo de pioneirismo com a capital, como são a maioria que ocupa a cúpula do governo local.

MAIS DO QUE APARENTA

Quem vê o edifício pelo lado de fora, não tem idéia de sua dimensão. O subsolo onde irá funcionar a biblioteca, o auditório e a exposição permanente é bastante amplo. E ali, numa arrumação que nada tem de estético, que está todo o acervo do Instituto. A primeira bandeira de Brasília, um retângulo todo em azul, tendo ao centro a silhueta da coluna do Palácio da Alvorada. Um cartão datilografado fornece as explicações concernentes: "Esta bandeira, hasteada em Brasília, na data de sua inauguração, permaneceu durante muito tempo como a Bandeira do Distrito Federal, usada em todas as solenidades cívicas. Somente em 1969, depois que muitos já se haviam dado conta da inexistência de qualquer ato que autorizasse aquele uso, O Governo do DF, através do decreto, instituiu, agora sim, oficialmente, a Bandeira do DF, por sinal, completamente diferente desta. São os escaninhos da História".

Lá encontra-se, também, o jeep Maracangalha, primeiro veículo a chegar para a construção da cidade. Era o transporte oficial e único de Israel Pinheiro, dos diretores da Companhia e dos visitantes mais ilustres que vinham ver de perto as obras da construção. Durante muito tempo, o Maracangalha, assim chamado numa alusão à música de Caymi, carregou material e pessoal. Permaneceu em serviço até 1970, quando a Novacap o doou ao Instituto. Encoberta pela poeira, também está arquivada a coleção de recortes de todo o material de imprensa, publicado no País sobre Brasília (a favor e contra), en-

cardenados em cerca de 70 volumes, assim como a coleção completa do Diário Carioca -DC - Brasília - jornal que circulou aqui antes mesmo de inaugurada a cidade.

MELHOR SORTE

Há poucos dias, na última reunião da Associação Comercial do DF, o diretor do Detur, Carlos Black, fez um balanço da atuação do órgão que dirige. Entre outras declarações, onde não faltaram elogios ao governador, ele disse que "a conclusão do Centro de Convenções de Brasília atuará como mola propulsora do progresso, tanto no setor do comércio, cultura e lazer, como elemento motivador da convergência dos mais importantes encontros, o que, conseqüentemente, canalizará o aumento do fluxo turístico para nossa cidade".

Toda essa euforia do diretor veio obscurecer mais ainda as prováveis explicações do litígio que levou à paralisação da obra. Se ele é de tão grande importância, como afirmou Carlos Black, porque esteve durante cinco anos parada! O governador costuma falar muito em "prioridade para a cidade"; oras, diante de tantos benefícios que o centro trará para a cidade, que outra obra, além do hospital, pode ser considerada "mais prioritária"? Que ninguém cometa o absurdo de apontar o Parque Rogério Pinton Farias, cujos gastos assombrosos ainda estão entalados na garganta de muita gente. Ao contrário do que possa parecer, não se trata de simples acesso de inveja, mais uma atitude de solidariedade para com os moradores das cidades-satélites, que até hoje padecem a falta das mais básicas atitudes urbanizadoras. Prioridade por prioridade, que fosse feito, o que mais depressa promettesse devolver o capital aplicado em sua construção, o que, de maneira alguma, é o caso do parque, que, certamente, não será ainda neste século que ele vai começar a devolver aos cofres públicos o dinheiro aplicado em sua obra.

Quando foi anunciada o início das obras do Parque Rogério Pinton, o Centro de Convenções, que inicialmente era conhecido como "Espaço Cultural", já havia sido entregue inacabado, pela administração passada.

A maquete e o plano básico de construção do Espaço Cultural foram apresentadas em janeiro de 1973, ao governador, às autoridades e à imprensa. Seu autor, o arquiteto Sérgio Bernardes, diga-se de passagem, não é lá muito querido pelos brasilienses que se preocupam com a preservação da arquitetura de Niemeyer. Isso porque pertence a ele o combatido mastro que ostenta a Bandeira Nacional, na Praça dos Três Poderes. Explicando seu projeto do Espaço Cultural, Sérgio Bernardes disse que pretendeu criar "um espaço espontâneo, que não intimide o homem de menor nível cultural, pelo contrário, que o atraia".

Espanto maior é verificar quanto a irresponsabilidade de quem deixou a obra incompleta vai custar aos cofres do GDF. Para tanto, basta citar que, quando foi apresentada em maquete, o próprio Sérgio Bernardes ressaltou que o custo do metro fechado seria de 1.500 cruzeiros, e o metro da área aberta de 500 cruzeiros. Concluiu o arquiteto, que o custo total da obra ficará por volta de 32 milhões de cruzeiros.

De acordo com informações da Secretaria de Viação e Obras, foi gasto, apenas no Centro de Convenções, na primeira fase, 70 milhões de cruzeiros. Quando reiniciado, este ano, e até a sua inauguração prevista para janeiro, deverá gastar cerca de 200 milhões. Logo, nada menos que 238 milhões foi o saldo da bridadeira faraônica iniciada por Hélio Prates.

Todavia, também o atual administração do GDF, que tanto protelou o reinício da obra, tem sua parcela de culpa. Explica-se isso através da simples verificação do preço dos materiais de construção, agora e anos atrás. Por exemplo, em 1976, um saco de cimento custava por volta de 20 cruzeiros. Hoje este preço alcança a casa dos 60 cruzeiros. No período de dois anos, os materiais de construção aumentaram em mais de 100%. Logo, torna-se evidente que se a falada prioridade não tivesse assolado a decisão dos dirigentes do GDF, a economia proporcionada daria para solucionar alguns dos muitos problemas que aligem a periferia de Brasília.

Ainda o arquiteto, no ano de 1973, disse que essa obra (o centro

de convenções) implicaria em diversas medidas, sendo a inicial a instituição de uma lei que desse cobertura e preservação ao processo ecológico e integração da universidade" como elaboradora e reformuladora dos diretores e metas num processo dinâmico e constante sem limite no tempo". Por essa lei, a denominação de Eixo Monumental seria mudada para Eixo Ecológico. O então "Espaço Cultural" seria o "Centro de Convergência e de Integração da Comunidade da Cidade". Qualquer constatação de que houve alterações no plano original do arquiteto é mera constatação.

Outras aberrações prosseguiram durante a apresentação da maquete do centro de convenções. Vale a pena destacar as palavras do Governador Hélio Prates, ao ser indagado sobre a conclusão do Hotel Nacional, que, a esta altura estava parada há 11 anos. Disse ele que "se trata de uma opção" e que, no momento, as obras do Ginásio de Esportes e do Espaço Cultural mereceram a prioridade".

A isto acrescentou que o GDF sempre "olhou com atenção a vida cultural da cidade (?????) e que o Teatro Nacional terá a sua vez". Esta "vez" só veio acontecer em 1976, com promessa de término para janeiro do próximo ano, graças ao incentivo monetário de 400 milhões de cruzeiros.

Apesar da tentativa infeliz em obter informações sobre o estádio e Obras, foi ainda a esse órgão que se recorreu para colher mais dados sobre o Centro. De antemão, o que se notou é que também com relação a essa obra, a falta de informação é gritante. Basta dizer que o secretário José Reinaldo afirmou que essa obra foi iniciada há dois anos. Até agora não foi possível apurar porque ele procurou ocultar três anos de paralisação.

Outros lances de José Reinaldo, dignos de nota, foram suas respostas evasivas para deixar sem explicação o litígio entre o GDF e a firma contratada, que levaram à paralisação da obra. Perguntou-se, por exemplo, o que provocou o litígio entre as duas partes? e ele na íntegra: "houve vários problemas na parte contratual e não havia uma definição dessas partes; a obra teve que ser paralisada para poder ser acertado tudo". Além disso ele tornou a repetir que "houve um acordo na justiça para a obra poder ser recomeçada". Ainda outra tentativa de se descobrir os "porquês": o que tornou necessário esse acordo? E a resposta do secretário, como quem não entendeu a pergunta: "foi a possibilidade de recomeçar uma obra, realmente, de grande importância para a cidade, que precisa de um centro de convenções e ela vem estruturar bem essa parte de turismo e trazer amplos benefícios para a parte hoteleira de Brasília, trazendo novos empregos". Desnecessário observar que a Secretaria de Viação e Obras não respondeu absolutamente nada.

A primeira providência tomada pela atual administração com relação ao Centro de Convenções, foi em dezembro de 1976, quando a Novacap providenciou alguma segurança para aquela área, a fim de evitar desvios de material ali depositados.

Agora, essa obra que correu o risco de desmoronar-se por abandono é apontada como "prioritária" para a capital. São as traças da administração: não se fala mais em tempos passados, é até mesmo proibido citar o nome da construtora que se desentendeu com o GDF. Fala-se no centro de convenções para turismo, hotelaria, políticos etc...

E sobre os acidentes ocorridos durante sua construção, ninguém diz nada? Não foi essa a atitude da administração anterior. Aliás, até hoje, os jornalistas que estiveram com o então chefe do Gabinete Civil do GDF, Caio Flávio Prates da Silveira, não conseguiram esquecer a horrenda explicação para o acidente sofrido por dois operários que ali trabalhavam: "Morreram, mas isto não quer dizer nada diante da importância dessa obra".

Texto: Maria Rosa